



**SOCIEDADE MULTIPATROCINADA
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES**

2020

Í N D I C E

<u>CONTEÚDO</u>	<u>Página</u>
1. Índice.....	1
2. Relatório de Atividades de 2020.....	2 e 3
3. Relatório dos Auditores Independentes - Exercício 2020	4 a 7
4. Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019	8
5. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	9
6. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	10
7. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	11
8. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada	12
9. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	13
10. Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 2019	14 a 19
11. Parecer Atuarial Exercício 2020	20 a 30
12. Parecer do Conselho Fiscal Exercício 2020	31
13. Parecer do Conselho Deliberativo Exercício 2020	32
14. Informações Relativas � Política de Investimentos de 2021/25	33 a 36
15. Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos - 2020	37
17. Informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios - 2020	38

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2.020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para conhecimento das Patrocinadoras e dos Assistidos e Pensionistas, o Relatório de Atividades, relativo ao exercício de 2.020, incluindo os Balanços Patrimoniais em 31/12/20 e 31/12/19, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas Sobre as Demonstrac es Contábeis em 31 de dezembro de 2.020 e 2.019, o Parecer Atuarial e Demonstrac o Atuarial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho Deliberativo, as Informac es Relativas   Política de Investimentos de 2.021/25, o Relatório Resumo das Informac es Sobre o Demonstrativo de Investimentos de 2.020 e as Informac es Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios de 2.020.

1. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Conforme a Política de Investimentos em vigor, no decorrer do ano de 2.020, os investimentos da Entidade continuaram concentrados em Renda Fixa. No ano de 2.020, a taxa Selic atingiu o patamar mais baixo, resultando, na média anual, rendimentos de 2,58%. Em função do patrimônio acumulado ao longo dos anos conseguimos cumprir com as obrigações financeiras perante os Assistidos.

2. RENTABILIDADES POR SEGMENTO

2.1. RENDA FIXA

No Segmento de Renda Fixa obtivemos rentabilidade nominal no exercício de 2,58%.

2.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A rentabilidade no Segmento de Imóveis foi de 2,80%.

2.3. RENTABILIDADE GLOBAL

A rentabilidade global no exercício de 2.020 foi de 2,58%. O benchmark, ou seja, a meta de rentabilidade, correspondeu, no exercício de 2.020,   variação do IPCA/IBGE de 4,52%, acrescida da taxa de juros da meta atuarial de 4,07% ao ano, no período de janeiro a novembro de 2.020, e de 3,68% no mês de dezembro de 2.020, totalizando 8,68%. Portanto, a rentabilidade global ficou abaixo da meta de rentabilidade.

A Entidade continua investindo majoritariamente em Letras Financeiras do Tesouro, que tem a garantia do governo federal e apresentam rentabilidade em torno da taxa Selic, com o intuito de manter a liquidez do Plano e evitar as oscilações do mercado. A administração da Entidade acompanha com atenção os desdobramentos da política econômica do governo federal, para adequar a Política de Investimentos às mudanç as de cenários.

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstramos, a seguir, as variações ocorridas nos saldos das principais contas, no período de 2.020/2.019:

CONTA	2.020	2.019	(%)
Ativo Total	254.154	268.655	-5,40
Provisões Matemáticas	72.041	67.205	7,20
Reserva de Contingência	12.809	11.895	7,68
Fundo Administrativo	14.197	18.043	-21,32
Fundos Previdenciais	133.537	138.002	-3,24

Unidade: R\$ 1.000,00

4. DESPESAS PREVIDENCIAIS

No exercício de 2.020 foram pagos aos assistidos R\$ 16.508 mil, sendo (i) R\$ 5.903 mil a título de Benefícios de Prestação Continuada (Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço, por idade, por invalidez, pensão e Abono Anual), (ii) R\$ 10.605 mil, a título de Benefício Temporário, relativa à distribuição dos superávits acumulados dos triênios de 2.011/13 e 2.014/16.

5. AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um exercício social, expressamos os nossos agradecimentos pela confiança e apoio recebidos dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, dos colaboradores, Dirigentes das Patrocinadoras e dos Assistidos e Pensionistas, bem como o nosso reconhecimento à valiosa colaboração prestada pelo quadro funcional da Entidade e pelos prestadores de serviços, possibilitando o pleno cumprimento de nossas obrigações.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2.021


NELSON OHARA
Diretor Superintendente


DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Diretor de Segurança


RICARDO MITSUO OYAGAWA
Diretor Administrativo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria

SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, as demonstrações do plano de gestão administrativa consolidado e demonstrações das provisões técnicas do plano de benefício para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas



pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da entidade não estar obrigada a publicar este relatório, este relatório não é elaborado e conseqüentemente, não acompanha as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais



distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros



aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.


COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
Registro CVM n.º 7.739


RENE CECCACCI
Contador
CRC-ISP141697/O-7

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

R\$ MIL

ATIVO	Exercício		PASSIVO	Exercício	
	2020	2019		2020	2019
DISPONIVEL	43	19	EXIGIVEL OPERACIONAL	787	531
			Gestão Previdencial	574	320
REALIZÁVEL	255.732	268.624	Gestão Administrativa	213	211
			EXIGIVEL CONTINGENCIAL	20.006	18.085
Gestão Previdencial	1.261	1.015	Gestão Previdencial	20.006	18.085
Gestão Administrativa	1	1			
Investimentos	254.470	267.608	PATRIMÔNIO SOCIAL	234.996	250.039
Títulos Públicos	253.918	266.999	Patrimônio de Cobertura do Plano	87.395	93.994
Investimentos Imobiliários	552	609	Provisões Matemáticas	70.029	67.205
			Benefícios concedidos	70.029	67.205
PERMANENTE	14	12	Equilíbrio Técnico	17.366	26.789
Imobilizado	14	12	Resultados Realizados	17.366	26.789
			Superávit Técnico Acumulado	17.366	26.789
			Fundos	147.601	156.045
			Programa Previdencial	133.103	138.002
			Programa Administrativo	14.498	18.043
TOTAL DO ATIVO	255.789	268.655	TOTAL DO PASSIVO	255.789	268.655

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NELSON OHARA
 Diretor Superintendente
 CPF 046.757.468-53

MÁRCIO DA SILVA MOURA
 Contador CRC 1SP184074/Q-8
 CPF 987.059.708-49

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %
A) Patrimônio Social - início do exercício	250.039	261.808	-4,50%
1. Adições	7.179	16.101	-55,41%
(+) Contribuições Previdenciais	0	305	-100,00%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.708	14.658	-54,24%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	471	1.138	-58,61%
2. Destinações	(22.222)	(27.870)	-20,27%
(-) Benefícios	(16.508)	(22.521)	-26,70%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.698)	(1.401)	21,20%
(-) Despesas Administrativas	(4.016)	(3.948)	1,72%
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(15.043)	(11.769)	27,82%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.824	(4.275)	-166,06%
(+/-) Fundos Previdenciais	(4.899)	(9.204)	-46,77%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(9.423)	4.520	-308,47%
(+/-) Fundos Administrativos	(3.545)	(2.810)	26,16%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	234.996	250.039	-6,02%
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			



NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49



SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	231.996	240.955	-3,72%
1. Adições	6.708	14.658	-54,24%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.708	14.658	-54,24%
2. Destinações	(18.206)	(23.617)	-22,91%
(-) Benefícios	(16.508)	(22.521)	-26,70%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.698)	(1.401)	21,20%
(-) Custeio Administrativo	-	305	-100,00%
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(11.498)	(8.959)	28,34%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.824	(4.275)	-166,06%
(+/-) Fundos Previdenciais	(4.899)	(9.204)	-46,77%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(9.423)	4.520	-308,47%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	220.498	231.996	-4,96%
C) Fundos não previdenciais	14.498	18.043	-19,65%
(+/-) Fundos Administrativos	14.498	18.043	-19,65%
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53


MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2020	Exercício 2019	Varição %
1. Ativos	255.576	268.444	-4,79%
Receível	15.759	19.058	-17,31%
Investimentos	239.817	249.386	-3,84%
Títulos Públicos	239.265	248.777	0,00%
Investimentos Imobiliários	552	609	0,00%
2. Obrigações	20.580	18.405	11,82%
Operacional	574	320	79,38%
Contingencial	20.006	18.085	10,82%
3. Fundos não Previdenciais	14.498	18.043	-19,65%
Fundos Administrativos	14.498	18.043	-19,65%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	220.498	231.996	-4,96%
Provisões Matemáticas	70.029	67.205	4,20%
Superávit	17.366	26.789	-35,17%
Fundos Previdenciais	133.103	138.002	-3,55%
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			


NELSON OHARA
 Diretor Superintendente
 CPF 046.757.468-53


MARCIO DA SILVA MOURA
 Contador CRC 1SP184074/O-8
 CPF 987.059.708-49



SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	18.043	20.853	-13,48%
1. Custeio da Gestão Administrativa	471	1.138	-58,61%
1.1. Receitas	471	1.138	-58,61%
Resultado Positivo dos Investimentos	471	1.138	-58,61%
2. Despesas Administrativas	(4.016,00)	(3.948,00)	1,72%
2.1. Administração Previdencial	(433,00)	(394,00)	9,90%
Pessoal e encargos	(295,00)	(284,00)	3,87%
Serviços de terceiros	(113,00)	(82,00)	37,80%
Despesas gerais	(24,00)	(27,00)	-11,11%
Depreciações e amortizações	(1,00)	(1,00)	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	(3.583,00)	(3.249,00)	10,28%
Pessoal e encargos	(2.657,00)	(2.553,00)	4,07%
Treinamento/congressos e seminários	(6,00)	(26,00)	-76,92%
Serviços de terceiros	(706,00)	(423,00)	66,90%
Despesas gerais	(207,00)	(241,00)	-14,11%
Depreciações e amortizações	(7,00)	(6,00)	16,67%
2.4. Reversão de Recursos para o plano de Benefícios	-	(305,00)	-100,00%
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	(3.545,00)	(2.810,00)	26,16%
5. Contituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(3.545,00)	(2.810,00)	26,16%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.498	18.043	-19,65%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53

MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49



SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DPT - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	221.072	232.316	-4,84%
1. Provisões Matemáticas	70.029	67.205	4,20%
1.1 Benefícios Concedidos	70.029	67.205	4,20%
Benefício Definido	70.029	67.205	4,20%
2. Equilíbrio Técnico	17.366	26.789	-35,17%
2.1 Resultados Realizados	17.366	26.789	-35,17%
Superávit Técnico Acumulado	17.366	26.789	-35,17%
Reserva de contingência	12.451	11.895	4,67%
Reserva para revisão de Plano	4.915	14.894	-67,00%
3. Fundos	133.103	138.002	-3,55%
3.1 Fundos Previdenciais	133.103	138.002	-3,55%
4. Exigível Operacional	574	320	79,38%
4.1 Gestão Previdencial	574	320	79,38%
5. Exigível Contingencial	20.006	18.085	10,62%
5.1 Gestão Previdencial	20.006	18.085	10,62%
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53


MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98
Notas explicativas as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto operacional

A **SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada**, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com finalidades previdenciais, com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria N° 3.398 de 07/01/85 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 09/01/85, tendo iniciado suas atividades em 15/05/85. Em 23/12/94, conforme Portaria N° 1.716 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União em 26/12/94, passou a ser uma Entidade Multipatrocinada.

As atividades da **SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada** são regidas pela Lei Complementar N° 109, publicada no D.O.U. em 30/05/01

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares e/ou assemelhados aos da Previdência Social, aos seus Participantes e Beneficiários.

1.1. Patrocinadora

A Entidade tem como patrocinadora conveniada a Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pela Resolução CNPC N° 29, de 13/04/18, que determinam a utilização de plano de contas específico e a apresentação em milhares de Reais.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada pela Administração no dia 25 de fevereiro de 2021.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas não considerando os efeitos inflacionários ocorridos durante os exercícios de 2020 e 2019.

3.1. As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas



SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP

C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais.

3.3. Ativo realizável - fluxo dos investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos do único Plano de Benefícios, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I. Renda fixa

Considerando as disposições da Resolução nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e

Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas / variações positivas e deduções / variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.





3.4. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Entidade são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e utensílios	10%
Maquinas e equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

3.5. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.6. Exigível contingencial

É constituído pela Administração de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos processos de natureza cível nos quais a Entidade figura como ré.

3.7. Provisão de férias e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.8. Patrimônio social - provisões matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras,



SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP

C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

3.9. Apurações de resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência.

3.10. Receitas administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução nº 29, de 13 de abril de 2018, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Entidade são transferidas do Plano de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

4. Posição dos títulos mobiliários componentes da carteira de investimentos

Em cumprimento ao disposto na Resolução Nº 29, de 13 de abril de 2018:

Posição dos Títulos e Valores Mobiliários Para Negociação em 31/12/2020:

Tipo	Emissor	Natureza	Vencimento	Parâmetro	Valor
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/03/21	Selic	150.210
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/09/21	Selic	73.993
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/03/21	Selic	29.715
Total					253.918

5. Demonstrativo da composição consolidada do exigível atuarial

Foram constituídas com base no Parecer do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda., e representam compromissos, assim demonstrados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios Concedidos	70.029	67.205
Benefícios a Conceder	-	-
Total do exigível atuarial	70.029	67.205



SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP

C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

6. Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Renda fixa	253.918	266.999
Títulos Públicos	253.918	266.999
Investimentos imobiliários	552	609
Edificações	552	609
Total	254.470	267.608

7. Objetivos e critérios utilizados para constituição e reversão de fundos

a) O Fundo Para Revisão do Plano foi constituído para suportar o pagamento do superávit acumulado.

b) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo foi constituído para custear as despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa.

8. Custeio das despesas administrativas

As despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa são custeadas pelos recursos alocados no Fundo Administrativo.

9. Transferência do fluxo de investimentos para a gestão previdencial

Os resultados líquidos do Fluxo de Investimentos foram transferidos para a Gestão Previdencial.

10. Investimento imobiliário

Em cumprimento ao disposto na Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, com nova redação dada pela Instrução Previc nº 11 de 03 de dezembro de 2018, a Entidade procedeu à reavaliação de edificações para uso próprio, constituída pelos conjuntos números 13 e 14 da Avenida Pedroso de Moraes, 631, 1º andar. Foi contratada a empresa Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações cujo Laudo de Avaliação, com data base em outubro de 2020, estipulou vida útil remanescente de 35 anos e avaliou em R\$ 275 e R\$ 280 os conjuntos números 13 e 14, respectivamente. O laudo de avaliação foi analisado e aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade, na reunião realizada



SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP

C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

no dia 29/10/2020, bem como reconhecido contabilmente o seu resultado no balancete de outubro de 2.020.

11. Partes relacionadas

A Entidade não realizou transações com partes relacionadas nos exercícios de 2020 e 2019.

12. Eventos Subsequentes

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.



NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA
Contador - CRC 1 SP 184074/0-8
CPF 987.059.708-49

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2020

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL 2020

Entidade:

SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Número de Matrícula da EFPC: **0127-3**

Plano de Benefícios: **PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA**

CNPB Nº: **1985.0002-29**

ID Grupo de Custeio: **404**

Número Grupo de Custeio: **2 (PBCOOPER)**

Situação: **Ativo – Em extinção**

Patrocinadora: **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA À SAÚDE – SBC**

CNPJ/MF: **60.851.961/0001-31**

Data-Base do Cadastro:

31/12/2020

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais em 31/12/2020 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do plano.

Os resultados da avaliação estão consignados no BALANÇO PATRIMONIAL encerrado em 31/12/2020 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2020).

2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA teve início de vigência em 15/05/1985 e encontra-se bloqueado a novas adesões de Participantes.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do Ofício nº 3302/SPC/DETEC/CGAT, de 06/11/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC Nº 3143, de 06/11/2009 – DOU de 09/11/2009.

3. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

FONTE: Extraído dos dados cadastrados junto à PREVIC.

ID Benefício	Nome Benefício	Nível Básico do Benefício
4667	SUPLEMENTAÇÃO DO ABONO ANUAL	UM PAGAMENTO ANUAL, IGUAL AO MAIOR VALOR SUPLEMENTADO NO EXERCÍCIO, A SER EFETUADO ATÉ O DIA 20 DE DEZEMBRO.
4683	SUPLEMENTAÇÃO DA PENSÃO	100% DO VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA QUE O PARTICIPANTE PERCEBIA NA DATA DE SEU FALECIMENTO, POR FORÇA DO REGULAMENTO DO PLANO, OU DAQUELA A QUE TERIA DIREITO SE, NA OCASIÃO FOSSE JÁ APOSENTADO POR INVALIDEZ.
6060	SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	70% DO SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO, LIMITADO A 6 VEZES O MAIOR VALOR TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS, MENOS O VALOR DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA PELO INSS
6078	SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	70% DO SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO, LIMITADO A 6 VEZES O MAIOR VALOR TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS, MENOS O VALOR DA APOSENTADORIA DO INSS.
6079	SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA POR IDADE	70% DO SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO, LIMITADO A 6 VEZES O MAIOR VALOR TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS, MENOS O VALOR DA APOSENTADORIA POR IDADE CONCEDIDA PELO INSS.

Os benefícios estão estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e são financiados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL.

4. DA BASE CADASTRAL

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas, fornecido pela Entidade e posicionado na data-base de 31/12/2020.

A população segurada pelo plano está composta de 46 Assistidos e 69 Pensões, não existindo nenhum Participante Ativo, cuja síntese dos cadastros posicionados em 31/12/2019 e em 31/12/2020 está conforme segue:

BASE CADASTRAL	31/12/2019	31/12/2020
Quantidade de Participantes	- o -	- o -
Quantidade de Assistidos	122	115
Quantidade de Aposentadorias	51	41
Nº de Aposentadorias por Tempo de Serviço	43	38
Suplementação média	R\$ 5.543,30	R\$ 6.059,65
Idade média	85,70 anos	85,87 anos
Nº de Aposentadorias por Idade	3	3
Suplementação média	R\$ 2.875,37	R\$ 2.944,38
Idade média	91,81 anos	92,33 anos
Nº de Aposentadorias por Invalidez	5	5
Suplementação média	R\$ 3.541,51	R\$ 3.626,50
Idade média	67,70 anos	68,20 anos
Nº de Pensões	71	69
Suplementação média	R\$ 3.322,17	R\$ 3.564,37
Idade média	79,26 anos	78,72 anos

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 7,78 anos (93 meses) e representa à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

A “Duration” consta da Planilha DPAP 2020.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os benefícios estão estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e os compromissos atuariais estão determinados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL, incluindo a reversão da Aposentadoria em Pensão, em caso de morte do Assistido.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, dos Assistidos e Beneficiários Pensionistas, dado que o plano não possui Participante Ativo.

Em relação ao Exercício de 2019 houve alteração da Taxa Real de Juros, reduzindo de 4,07% para 3,68% ao ano, conforme indicado no *Estudo de Convergência da Taxa de Juros*, elaborado pela *“PPS Portfolio Performance”*.

6.1. Premissas e Hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

VALOR: IPCA (IBGE)

Quantidade esperada no exercício encerrado: **3,40%**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **4,52%**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **3,53%** (Relatório Focus de 29 de janeiro de 2021)

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

VALOR: 3,68%

Quantidade esperada no exercício seguinte: **3,68%**.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **-1,43%**.

Quantidade esperada no exercício encerrado: **4,07%**.

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica. O ativo do plano apresentou no exercício uma rentabilidade de 2,58%.

Justificativa: O Estudo Técnico para comprovar a convergência da taxa real anual de juros para o Exercício de 2020, está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadora e do órgão fiscalizador.

Taxa de Juros Parâmetro

A Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, disposta na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, divulgada pela Portaria nº 337, de 29 de abril de 2020, para o Exercício 2020, considerando a *“duration”* do passivo, constante da Planilha DPAP 2019, enviada à PREVIC, está conforme segue:

Duration 2019		7,70 anos
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,26% ao ano	3,68% ao ano	5,66% a.a.

6.1.3. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

VALOR: AT 2000, SUAVIDADE EM 10%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,20**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,10**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: A Entidade promoveu em dezembro de 2020 o Estudo Técnico sobre a Aderência da Tábua de Mortalidade AT 2000, suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadora e do órgão fiscalizador.

6.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

VALOR: AT 2000, SUAVIDADE EM 10%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,61**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **10**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,92**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: A Entidade promoveu em dezembro de 2020 o Estudo Técnico sobre a Aderência da Tábua de Mortalidade Geral, AT 2000, suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadora e do órgão fiscalizador.

6.2. Premissas e Hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios do INSS

6.2.2. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Salários

6.2.3. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

6.2.4. Hipótese de Entrada em Aposentadoria

6.2.5. Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

6.2.6. Hipótese sobre Gerações Futuras de novos entrados

6.2.7. Hipótese sobre Rotatividade (percentual)

6.2.8. Projeção de Crescimento Real de Salário

6.2.9. Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS

6.2.10. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

6.2.11. Tábua de Entrada em Invalidez

6.2.12. Tábua de Morbidez

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A Avaliação Atuarial determinou o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, cujo resultado segue abaixo.

O Patrimônio Social no encerramento dos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2020, está composto conforme segue:

Valores em Reais:

Descrição	31/12/2019	31/12/2020	Variação %
PATRIMÔNIO SOCIAL	250.038.375,76	234.994.720,25	-6,02%
Patrimônio de Cobertura do Plano	93.993.856,83	87.394.565,36	-7,02%
Provisões Matemáticas	67.204.933,39	70.028.991,92	4,20%
Benefícios Concedidos	67.204.933,39	70.028.991,92	4,20%
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	67.204.933,39	70.028.991,92	4,20%
Valor Atual dos benefícios futuros programados – Assistidos	33.446.052,56	33.403.376,25	-0,13%
Valor Atual dos benefícios futuros não programados – Assistidos	33.758.880,83	36.625.615,67	8,49%
Benefícios a Conceder	0,00	0,00	-
Equilíbrio Técnico	26.788.923,44	17.365.573,44	-35,18%
Reserva de Contingência	11.895.273,21	12.451.154,76	4,67%
Reserva Especial para Revisão de Plano	14.893.650,23	4.914.418,68	-67,00%
Fundos	156.044.518,93	147.600.154,89	-5,41%
Fundos Previdenciais	138.001.763,74	133.102.535,90	-3,55%
Revisão de Plano	138.001.763,74	133.102.535,90	-3,55%
Assistidos	138.001.763,74	133.102.535,90	-3,55%
Previsto em NTA - Oscilação de Riscos	0,00	0,00	-
Fundos Administrativos	18.042.755,19	14.497.618,99	-19,65%

8. DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme planilha DPAP 2020, disponibilizada pela PREVIC, e preenchida pela Entidade, o plano de benefícios não possui Títulos mantidos até o vencimento, portanto, não há Ajuste de Precificação a ser contemplado nesta Avaliação Atuarial de encerramento de Exercício.

9. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Uma vez que a PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS está integralmente constituída e coberta pelo PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, apresentando ainda um Excedente Patrimonial, os Assistidos, os Beneficiários Pensionistas e a Patrocinadora, **nada contribuem**.

9.1. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS decorreu em função da redução da taxa real anual de juros de 4,07% para 3,68%, pelo reajuste monetário dos benefícios, pelo cancelamento de 10 (dez) benefícios em decorrência de falecimento, com reversão em pensão por morte para somente 3 (três) pensionistas e pelo envelhecimento da massa.

9.2. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Não há. O contingente assegurado pelo plano é constituído somente de Assistidos e Pensionistas. O ativo garantidor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS assegura a solvência e a liquidez.

O plano vem apresentando um excedente patrimonial há vários exercícios e a Provisão Matemática está determinada com premissas e hipóteses, financeiras, demográficas e econômicas, totalmente adequadas que anulam qualquer risco atuarial.

9.3. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O plano não apresenta insuficiência patrimonial.

10. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Não há Provisões Matemáticas a Constituir ou Contratos.

11. DO FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Em Fundos Previdenciais – REVISÃO DE PLANO estão constituídos os valores atribuíveis aos Assistidos, relativos à distribuição da Reserva Especial dos triênios de 2011-2013 e de 2014-2016, conforme explicitados a seguir:

- 11.1.** Os valores referentes à distribuição da Reserva Especial do triênio 2011 a 2013, continuam sendo efetuados conforme cronograma aprovado pela Diretoria Executiva em reunião realizada no dia 29/12/2014, e pelo Conselho Deliberativo em reunião extraordinária realizada no dia 30/01/2015.
- 11.2.** Em relação ao valor da Reserva Especial referente ao triênio de 2014 a 2016, cujo valor em 31/12/2016 era de R\$ 72.680.291,95, houve a deliberação do Conselho Deliberativo sobre a sua distribuição, conforme Ata da Reunião Extraordinária, realizada em 22/12/2017.

A distribuição teve início no exercício de 2018 e continuará a ser paga, anualmente, em 4 (quatro) parcelas mensais nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, até o final do ano de 2024. O valor da parcela mensal paga aos Assistidos e Pensionistas em outubro de 2019, foi de R\$ 1.298.257,05, e será corrigido pelo IPCA/IBGE até o mês anterior ao do pagamento. O valor corrigido será distribuído entre os Assistidos e Pensionistas, proporcionalmente às reservas matemáticas individuais do mês anterior ao do pagamento. O saldo remanescente será pago no mês de setembro de 2025.

O saldo em 31/12/2020 consignado na rubrica FUNDOS PREVIDENCIAIS - REVISÃO DE PLANO é de R\$ 133.102.535,90.

A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos previdenciais serão revertidos total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar estabelecido, quando for inferior ao montante apurado a título de reserva de contingência.

11.3. Reserva Especial relativa ao Triênio 2017-2019

Em 31/12/2019 o Plano de Benefícios Coopercotia apresentou na rubrica RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO o valor de R\$ 14.893.650,23, constituído em 3 (três) exercícios consecutivos, 2017, 2018 e 2019.

Portanto, conforme legislação em vigor, Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, há necessidade de revisão obrigatória, devendo o Conselho Deliberativo deliberar sobre a destinação do valor.

Entretanto, a RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO de R\$ 14.893.650,23, sofreu uma redução, cujo montante em 31/12/2020 é de R\$ 4.914.418,68, ocasionada pelos seguintes fatos:

✓ perda patrimonial decorrente da rentabilidade obtida abaixo da necessidade regulamentar e atuarial (IPCA/FGV e juros reais de 4,07% ao ano); e

✓ aumento do valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, em razão da diminuição da Taxa Real Anual de Juros de 4,07% para 3,68%.

O ativo garantidor do plano está quase em sua totalidade atrelado a LFT's que ainda, indica uma perda potencial de rentabilidade nos próximos meses.

Por outro lado, os Assistidos que porventura, venham a falecer deixam um beneficiário, em média, 4 (quatro) anos mais jovem, implicando no aumento da Provisão Matemática e conseqüentemente, aumentando o valor da Reserva de Contingência $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{Provisão Matemática}]$.

Desta forma, podemos afirmar, que nos próximos 3 (três) meses, haverá necessidade de recomposição da Reserva de Contingência e neste caso, a utilização da Reserva Especial será interrompida e os fundos previdenciais serão revertidos total ou parcialmente.

Tendo em vista que em aproximadamente 3 meses não haverá mais Reserva Especial alusiva ao triênio 2017-2019, recomendamos que o Conselho Deliberativo reconheça que não há valores a serem destinados na forma da legislação.

Em Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 25 de fevereiro de 2021, ficou aprovado que não há valores serem destinados na forma da legislação.

12. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

12.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral está em conformidade. Através de análise comparativa e totalizadores de quantidades e de valores, o cadastro apresentou-se consistente em relação ao exercício anterior.

12.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Não há constituição do FUNDO DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS.

12.3. Variação do Resultado Superavitário

O PATRIMÔNIO SOCIAL em 31/12/2020 de R\$ 234.994.720,25, dá cobertura integral aos compromissos atuariais, apresentando um resultado superavitário consignado na rubrica EQUILÍBRIO TÉCNICO de R\$ 17.365.573,44, sendo R\$ 12.451.154,76 consignados na rubrica RESERVA DE CONTINGÊNCIA e R\$ 4.914.418,68 em RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO, demonstrando solvência e liquidez.

A RESERVA DE CONTINGÊNCIA sofreu um acréscimo em razão da aplicação do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, ou seja, $[(10\% + 1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{Provisão Matemática}]$, passando de 17,70% para 17,78% sobre o valor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.

O decréscimo no valor da RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO deve-se, principalmente, pela rentabilidade real negativa obtida.

12.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

O resultado superavitário foi conjuntural.

12.5. Soluções para equacionamento do Déficit Técnico

Não há Déficit Técnico.

12.6. Adequação dos métodos de financiamento

O método de financiamento está adequado.

12.7. Outros fatos relevantes

Em 26/06/2019, através da Portaria PREVIC nº 546 foi autorizada a retirada de patrocínio da PROMISSOR S.A. ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGENS DE SEGUROS, CNPJ/MF nº 62.845.029/0001-21, do Plano de Benefícios Coopercotia.

Tendo sido efetivados os pagamentos às pensionistas vinculadas à patrocinadora retirante e liquidados todos os compromissos, em 02/12/2019 a Entidade protocolou junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o Dossiê de Finalização do Processo de Rescisão de Convênio de Adesão e Retirada Parcial de Patrocínio (Recibo de Protocolo SEI nº 0253627), da PROMISSOR S.A. – ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS.

Em 20/02/2020, após análise da documentação apresentada a Previc verificou que a Entidade comprovou a finalização da retirada parcial de patrocínio e através do Parecer Previc nº 18/2020/CTR/CGTR/DILIC deu por concluído o processo.

São Paulo, 09 de março de 2021.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame dos Balanços Patrimoniais em 31/12/2.020 e 31/12/2.019, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, da Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, da Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e das Notas Explicativas Sobre as Demonstrac es Contábeis em 31 de dezembro de 2.020 e 2.019, tendo concluido, com base nesse exame e no Parecer da Cokinov Auditores e Consultores e no Parecer Atuarial e Demonstrac o Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda, que referidas demonstra es refletem adequadamente a situa o financeira e patrimonial da Entidade. Assim, por seus membros, abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2.021



HIROSHI NISHIOKA



TADAO SENDA



ALEXANDRE NOZAWA BRITO

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da **SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, após ter examinado os Balanços Patrimoniais em 31/12/2.020 e 31/12/2.019, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e as Notas Explicativas Sobre as Demonstrac es Contábeis em 31 de dezembro de 2.020 e 2.019, devidamente acompanhados do Parecer da Cokinoss Auditores e Consultores, do Parecer Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberou por aprovar, por unanimidade, os atos e contas relativos ao exercício de 2.020.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2.021


MASSATOSHI NODA
Presidente do Conselho Deliberativo


SHIMHATIRO HASHIZUME


DEMEURE BRITO

1. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Coopercotia, administrado pela SOMUPP, referente ao exercício de 2021, objetiva:

- a) *Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;*
- b) *Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.*

2. SOBRE A ENTIDADE

A SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída na forma da legislação pertinente em vigor, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária. Responsável pela gestão e administração do Plano de Benefícios Coopercotia, com benefício definido.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

3.1. Conflitos de Interesse

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

4. RELACIONAMENTO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS E GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas no capítulo anterior, a EFPC define critérios visando à impessoalidade, à concorrência e à transparência, a serem observados nas fases de seleção e monitoramento.

5. SOBRE O PLANO

A presente política de investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

PLANO DE BENEFÍCIOS	
Nome	Plano de Benefícios Coopercootia
Modalidade	Benefício Definido (BD)
Meta ou índice de referência	IPCA + 4,19% a.a.
CNPB	1985000229

5.1. Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico tem por objetivo detalhar a projeção de variáveis macroeconômicas a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

5.2. Passivo Atuarial

Com base nas características do plano, a EFPC vem mantendo, ao longo dos últimos anos, uma carteira que proporcione retornos compatíveis com a meta atuarial e simultaneamente minimize a probabilidade de déficit atuarial.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta política de investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

7. LIMITES

Na aplicação dos recursos, o plano observará os limites definidos pela Administração.

8. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020.

9. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO

Durante a vigência da presente Política de Investimentos, os riscos de investimentos serão avaliados de acordo com os procedimentos e critérios abaixo descritos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes às operações.

9.1. Risco de Mercado

Para fins de gerenciamento do risco mercado, a EFPC emprega as seguintes ferramentas estatísticas:

FERRAMENTAS	PROPÓSITO
<i>Value-at-Risk (VaR)</i>	O VaR estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado.
<i>Stress Test</i>	O Stress Test avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

9.2. Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito visa mitigar a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, resultando em prejuízo ao plano.

As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado domiciliadas no país devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso de agências domiciliadas no exterior, essas devem ser reconhecidas pela CVM.

9.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes.

9.4. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". A gestão

será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

9.5. Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

9.6. Risco Sistêmico

Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco. O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado o *VaR* e *Stress* da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente.

9.7. Risco relacionado à sustentabilidade

Durante a vigência da presente política de investimentos, os princípios relacionados à sustentabilidade serão considerados, na medida do possível, dadas as limitações de porte da EFPC, sem adesão formal a protocolos e regras.

Os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (*Environment, Social & Governance*), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

10. CONTROLES INTERNOS

Com o objetivo de manter-se em permanente atendimento aos limites e requisitos previstos na Resolução CMN Nº 4.661/18, serão aplicados os seguintes controles internos:

10.1. Controles internos aplicados na gestão de riscos; e

10.2. Controles internos aplicados em eventos de desenquadramento

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO - 2020

1. Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios.

Itens	Plano	PGA	TOTAL
(+) Total dos Investimentos	239.816.062,28	14.654.133,85	254.470.196,13
(+) Disponível	-	42.603,96	42.603,96
(-) Exigível Operacional	573.793,37	213.418,27	787.211,64
Recursos Garantidores	239.242.268,91	14.483.319,54	253.725.588,45

OBS.: PGA = Plano de Gestão Administrativa

2. Investimentos por Segmentos em Relação aos Recursos Garantidores.

Segmentos	Plano		PGA		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Títulos Públicos	239.263.837,14	99,77	14.654.133,85	100,00	253.917.970,99	99,78
Imóveis	552.225,14	0,23	-	-	552.225,14	0,22
Total	239.816.062,28	100,00	14.654.133,85	100,00	254.470.196,13	100,00

- a) Não temos aplicações em " Renda Variável " e " Empréstimos e Financiamentos ".
 b) Os percentuais são em relação aos Recursos Garantidores.
 c) Renda Fixa: Administração Terceirizada
 d) Imóveis: Administração Própria.

3. Listagem das Aplicações e Gestão Terceirizada

Segmentos	PLANO 31/12/2020	PGA 31/12/2020	TOTAL 31/12/2020	Participação %		Gestor do Fundo
				Total	Terceirizado	
3.1. Renda Fixa (LFT) Títulos Públicos	239.263.837,14	14.654.133,85	253.917.970,99	99,78	100,00	Itaú Unibanco S/A
3.2. Imóveis Conjuntos Ed. Vitória Center	552.225,14	-	552.225,14	0,22	-	
3.3. Total	239.816.062,28	14.654.133,85	254.470.196,13	100,00	100,00	

4. Rentabilidades comparadas com a Taxa Atuarial (em %)

Segmentos	Rentabilidade Plano e PGA	(a) Taxa Atuarial	Rentabilidade/ Taxa Atuarial
Renda Fixa	2,58	8,68	29,72
Imóveis	2,80	8,68	32,26
Total	2,58	8,68	29,72

NOTA=>Taxa Atuarial: IPCA + 4,07% a.a de janeiro a novembro/20 e a partir de dezembro/20 passou a ser IPCA + 3,68% a.a.

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EXERCÍCIO - 2020

1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS	Programas		TOTAL
	Previdencial	Investimentos	
PESSOAL E ENCARGOS	295.189,12	2.656.702,15	2.951.891,27
GASTOS GER./MATERIAIS	24.816,78	219.787,59	244.604,37
Água/luz/telefone	1.055,96	9.504,50	10.560,46
Aluguéis	7.317,50	65.857,50	73.175,00
Cofins	1.882,64	16.943,73	18.826,37
Condomínio	1.821,12	16.390,20	18.211,32
Conduções	330,14	2.971,26	3.301,40
Depreciação e Amortização	716,91	6.451,85	7.168,76
Impostos e taxas	3.161,55	28.454,26	31.615,81
Jornais e revistas	265,22	2.386,94	2.652,16
Lanches e refeições	14,74	132,66	147,40
Material Expediente	682,29	6.145,57	6.827,86
Pís	305,92	2.753,36	3.059,28
Seminários e Viagens	-	6.264,00	6.264,00
Outros Gastos	7.262,79	55.531,76	62.794,55
SERVIÇOS TERCEIROS	113.101,04	333.133,31	446.234,35
Assessoria atuarial	78.162,52	-	78.162,52
Assessoria jurídica	10.407,73	93.669,11	104.076,84
Auditoria externa	2.294,48	20.650,48	22.944,96
Consultoria Financeira	6.941,40	77.959,80	84.901,20
Serviços Contábeis	11.016,53	99.148,53	110.165,06
Outros Gastos	4.278,38	41.705,39	45.983,77
TOTAL GERAL	433.106,94	3.209.623,05	3.642.729,99

As despesas são apropriadas diretamente ou através de rateio aos Programas.

2 - DESPESAS DE GESTÃO DA CARTEIRA ADMINISTRADA ITAU

DESPESAS	VALOR
Taxa de Custódia	104.282,11
Taxa de Administração	260.754,64
Taxa da CETIP / SELIC	8.029,54
Outras Despesas	-
TOTAL	373.066,29